



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – FUNDAMENTOS DO DIREITO À EDUCAÇÃO COM BASE NOS VALORES DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL: IGUALDADE, DIGNIDADE E SOLIDARIEDADE	5
1. Fundamentos do Direito à Educação: Cidadania e as Finalidades Institucionais do Ensino	8
2. Democracia Constitucional: Conceito, Dimensões Procedimental e Substancial e a Defesa e Promoção dos Direitos Fundamentais	15
3. Igualdade e Educação Inclusiva: A Superação das Limitações Socioeconômicas e a Equivalência de Oportunidades	26
3.1 Evolução Constitucional da Isonomia: O Direito de Ser Diferente e a Educação Plural	27
4. Dignidade e Educação Capacitante: A Autonomia e o Desenvolvimento das Potencialidades do Ser Humano	32
4.1 Dignidade como Fundamento de Legitimidade do Estado Constitucional e Premissa Democrática	34
4.2 Críticas à Dignidade da Pessoa Humana: Abstração e Indeterminabilidade	41
4.3 O Conteúdo e a Estrutura Normativa do Princípio Constitucional da Dignidade Humana	45
5. Solidariedade e Educação Fraterna: O Acolhimento do Educando e a sua Integração na Comunidade	53
6. Direitos Humanos e Educação Global: A Regulamentação Internacional do Direito à Instrução	58
6.1 Educação como Direito Humano Fundamental: Regulamentação Supranacional nos Tratados Internacionais e na União Europeia	58
Capítulo II – A ESTRUTURA NORMATIVA-CONSTITUCIONAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM PORTUGAL	71
1. Direito à Educação na Constituição Portuguesa de 1976	71
1.1 Evolução Constitucional do Direito à Educação em Portugal	72
1.2 Descentralização de Competências sobre Educação no Estado Unitário Português	73
1.3 Regime de Direitos, Liberdades e Garantias <i>versus</i> o Regime de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais	77

2.	Prestações Jurídicas do Direito à Educação Submetidas ao Regime dos Direitos, Liberdades e Garantias	86
2.1	Direito e Dever dos Pais sobre a Educação dos Filhos	86
2.2	Liberdade de Ensinar e Aprender	87
2.3	Reconhecimento e Fiscalização do Ensino Particular e Cooperativo	92
2.4	Direito de Participação Democrática no Ensino	97
2.5	Direito ao Ensino Básico Público, Gratuito, Universal e Obrigatório e à Criação do Sistema Público e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	99
2.6	Autonomia Universitária	107
3.	Prestações Jurídicas do Direito à Educação Sujeitas ao Regime dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais	107
3.1	Direito à Educação e à Cultura e as Finalidades Constitucionais do Ensino	108
3.2	Direito ao Ensino com Igualdade de Oportunidades e Êxito Escolar	110
3.3	Valorizar a Língua Portuguesa e Assegurar aos Filhos dos Emigrantes o Ensino Adequado à Cultura Portuguesa	111
3.4	Garantia da Educação Permanente, da Redução do Analfabetismo e da Interligação do Ensino com as Atividades Econômicas	112
3.5	Promover e Apoiar a Educação Inclusiva das Pessoas com Deficiência	116

Capítulo III – A ESTRUTURA NORMATIVA-CONSTITUCIONAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.	Direito à Educação na Constituição Brasileira de 1988	121
1.1	Evolução Constitucional do Direito à Educação no Brasil	122
1.2	Repartição de Competências sobre Educação no Federalismo Cooperativo Brasileiro	126
1.3	Regime Normativo-Constitucional do Direito Fundamental Social à Educação no Brasil	130
2.	Princípios Constitucionais do Ensino no Brasil	137
2.1	Igualdade de Condições para o Acesso e Permanência na Escola	137
2.2	Liberdade de Aprender, Ensinar, Pesquisar, Divulgar o Pensamento, a Arte e o Saber	139
2.3	Pluralismo de Ideias e de Concepções Pedagógicas e Coexistência de Instituições Públicas e Privadas de Ensino	141
2.4	Gratuidade do Ensino Público em Estabelecimentos Oficiais	142
2.5	Valorização dos Profissionais da Educação Escolar e Piso Salarial Profissional Nacional	144
2.6	Gestão Democrática do Ensino Público	145
2.7	Garantia de Padrão de Qualidade	146
2.8	Garantia do Direito à Educação e à Aprendizagem ao Longo da Vida	150
3.	Direito Subjetivo ao Ensino Básico, Obrigatório, Gratuito e Universal e o Atendimento aos Alunos com Deficiência	152
3.1	Direito Público Subjetivo à Educação Básica Obrigatória, Gratuita e Universal	152
3.2	Diferenças Estruturais da Educação Infantil e Básica entre Brasil e Portugal	154

Capítulo IV – ESTUDO COMPARADO ENTRE OS MODELOS DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E EM PORTUGAL

1.	O Modelo Português de Concessão de Empréstimo para Financiamento dos Cursos do Ensino Superior	157
1.1	Estrutura Normativa: Política Pública Implementada por meio das Sociedades de Garantia Mútua	157

1.2	Beneficiários e Condições de Elegibilidade	160
1.3	Especificidades do Crédito: Montante, Prazo de Utilização, Reembolso, Desempenho Escolar, Carência e Taxa de Juros	161
1.4	Quantitativo de Contratos e Valores Investidos e a Suspensão da Política Pública	162
1.5	Aplicação da Lei de Defesa do Consumidor	164
2.	O Modelo Brasileiro de Concessão de Empréstimo para o Financiamento dos Cursos do Ensino Superior (FIES)	166
2.1	Estrutura Normativa: Política Pública Implementada por meio do FIES	167
2.2	Beneficiários e Condições de Elegibilidade	174
2.3	Especificidades do Crédito: Montante, Prazo de Utilização, Reembolso, Desempenho Escolar, Carência e Taxa de Juros	178
2.4	Quantitativo de Contratos, Valores Investidos e a Continuidade da Política Pública	179
2.5	Não Incidência do Código de Defesa do Consumidor	182
Capítulo V – O DEVER ESTATAL DE PROTEÇÃO DO ENSINO NAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS		185
1.	O Regime Normativo-Constitucional do Ensino Superior no Brasil e em Portugal	185
1.1	O Acesso ao Ensino Superior no Brasil e em Portugal: O Regime do <i>Numerus Clausus</i> e a Universalidade Condicionada	186
1.2	A Possibilidade de Cobrança de Mensalidades nas Instituições Públicas de Ensino Superior em Portugal: Pluralidade de Fontes de Custeio e Sustentabilidade	189
1.3	Políticas Públicas de Desenvolvimento da Educação Superior: A Concessão de Empréstimos como Despesa Pública Justa e Otimizador da Capacidade	198
2.	O Dever de Proteção do Ensino à Luz da Teoria dos Direitos Fundamentais	203
2.1	Direitos Fundamentais: Conceito, Indivisibilidade e Heterogeneidade	203
2.2	Eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais e a Baixa Determinabilidade Constitucional	211
2.3	A Dupla Dimensão dos Direitos Fundamentais: Subjetiva e Objetiva	222
2.4	As Teorias Geracional e Dualista dos Direitos Fundamentais e as Críticas da Teoria Unitária	226
2.5	Mínimo Existencial, Reserva do Possível e Poder de Conformação da Norma	238
2.6	Discrecionabilidade do Legislador e Princípio da Proporcionalidade: Proibição de Excesso e da Proteção Deficiente e Graus do Controle de Constitucionalidade	252
2.7	Financiamento da Educação: Dever de Gasto Mínimo, Dimensão Material da Qualidade do Ensino e o Mínimo Existencial Educacional	258
3.	A Eficácia das Normas Constitucionais sobre Educação: Dever de Fundamentação das Restrições, Capacidade de Resistência e Proteção contra Abusos de Terceiros	262
3.1	O Dever de Adequada Fundamentação das Restrições Orçamentárias	266
3.2	A Capacidade de Resistência e a Margem de Estabilidade Mínima dos Direitos Sociais Concretizados	271
3.2.1	Vedação do Retrocesso: Princípio Constitucional Implícito ou Mote de Luta Política?	274
3.2.2	Parâmetros da Estabilização da Política Pública de Financiamento do Ensino Superior	281
3.2.3	O Princípio da Proteção da Confiança	283
3.2.4	O Dever de Progressiva Valorização da Educação	286
3.2.5	O Direito à Participação e à Continuidade da Política Pública de Financiamento Estudantil	290
3.3	O Dever de Proteção contra Abusos Cometidos por Agentes Privados	291

Capítulo VI – O DIREITO À EDUCAÇÃO NA PRÁTICA	295
1. Procedimentos e Ações Utilizados para Efetivar o Direito à Educação	295
1.1 Direito à Matrícula Gratuita na Educação Infantil Pública (Creche e Pré-Escola) Próximo à Residência dos Pais e na Mesma Instituição dos Irmãos	295
1.1.1 Idade Mínima para Ingresso na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	297
1.2 Adoção de Medidas Inclusivas e Direito à Dupla Matrícula do Aluno com Deficiência	298
1.3 Direito dos Alunos Surdos, Mudos e Autistas de Integração em Escolas Regulares	301
1.4 Transferência entre Instituições de Ensino Superior	302
1.5 Direito às Cotas e sua Judicialização	303
1.5.1 Escolas Cenicistas, Filantrópicas e Privadas Sem Fins Lucrativos	304
1.5.2 Critério de Avaliação Fenotípica pela Comissão de Heteroidentificação	305
1.5.3 Legitimidade da Defensoria para Ingressar com Ação Civil Pública a Respeito do Sistema de Cotas	307
1.6 O Ensino Doméstico (<i>Homescholling</i>)	307
1.7 Gratuidade do Ensino Público: PROUNI e a Cobrança de Mensalidades pelas Universidades Públicas	309
1.8 Pluralismo Ideológico e o Projeto “Escola Livre” e “Escola Sem Partido”: A Discussão sobre Religião, Política e Ideologia de Gênero nas Escolas Públicas	313
1.9 Direito e Dever dos Pais sobre a Educação dos Filhos: A Limitação do Exercício do Poder Familiar no Âmbito Educacional	316
1.10 Ensino Religioso Confessional nas Escolas Públicas	318
1.11 Autonomia das Escolas Privadas: Possibilidade de Adoção de Específico Viés Filosófico, Ideológico ou Religioso	320
1.12 Militarização das Escolas Civas Públicas	321
1.13 Direito Constitucional à Autonomia Universitária	324
1.14 Direito de Liberdade de Manifestação Política e Proibição de Censura nas Universidades	328
1.15 Direito de Livre Organização das Entidades Estudantis do Ensino Superior	329
1.16 Direito ao Piso Salarial dos Profissionais da Educação Básica	330
1.17 <i>Bullying</i> , Trote e o Dano Moral na Prestação do Serviço Educacional	335
1.18 Medidas Protetivas e Socioeducativas e o Direito à Educação	337
1.19 Linguagem Neutra no Ensino	339
2. Contratos Educacionais: A Aplicação do CDC e o Combate às Cláusulas Abusivas	339
2.1 Contrato Educacional: Conceito e Partes	339
2.2 Natureza Jurídica e Função Social	340
2.3 Relação Consumerista do Ensino: Aplicação do CDC aos Contratos Educacionais	342
2.3.1 O Conceito de Consumidor: Correntes Finalista, Maximalista e Finalista Mitigado	342
2.3.2 A Definição de Fornecedor: Habitualidade dos Atos Negociais ou o seu Exercício Profissional	343
2.3.3 O Objeto da Relação Consumerista: Serviço ou Produto Remunerado, ainda que de Forma Indireta	345
2.4 Cláusulas Abusivas nos Contratos Educacionais	346
2.4.1 Reajustes Ilegais das Mensalidades	346
2.4.2 Taxas de Pagamento Adicionais ou Fornecimento de Material de Uso Coletivo ou da Própria Instituição: A Lista do Material Escolar	348
2.4.3 Ausência de Previsão de Todos os Encargos em Razão do Atraso no Pagamento da Mensalidade	349
2.4.4 Impedimento de Realizar Provas em Decorrente de Inadimplência	350
2.4.5 Renovação da Matrícula e Desligamento dos Alunos Inadimplentes	350

2.4.6	Proibição de Matrícula em Curso Diverso de Instituição de Ensino Superior em Razão de Inadimplemento	351
2.4.7	Retenção de Documentos Escolares por Motivo de Inadimplemento	351
2.4.8	Condicionamento de Expedição de Documentos de Transferência à Quitação do Débito	351
2.4.9	Continuidade dos Estudos do Aluno Inadimplente na Rede Pública de Ensino	352
2.4.10	Impossibilidade de Penhora do Salário do Aluno para a Quitação do Débito	352
2.4.11	Propositura de Ação Judicial de Cobrança Somente Mais de 90 (Noventa) Dias de Inadimplência	353
2.5	Cláusulas Válidas nos Contratos Educacionais	353
2.5.1	Desconto da Pontualidade e Cumulação com Multa Moratória	353
2.5.2	Termo Inicial dos Juros de Mora a Partir do Vencimento da Prestação	353
2.5.3	Cobrança Judicial das Mensalidades em Atraso por Ação Monitória	354
2.5.4	Ausência de Descontos Gerais e Lineares por Conta da Covid-19	354
2.6	Aplicação da Lei do Superendividamento aos Contratos Educacionais	354
3.	A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos do FIES e o <i>Overruling</i> da Decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.155.684/RN	356
3.1	Fragmentação e Constitucionalização do Direito Privado: A Filtragem Constitucional e o Diálogo das Fontes	357
3.2	Teoria Geral dos Precedentes: Considerações Iniciais	359
3.2.1	A Evolução da Decisão Judicial nos Sistemas da <i>Common Law</i> , <i>Civil Law</i> e <i>Stare Decisis</i>	359
3.2.2	<i>Ratio Decidendi</i> , <i>Overruling</i> , <i>Overriding</i> , <i>Distinguishing</i> e <i>Overruled</i>	362
3.2.3	O Sistema de Precedentes Obrigatórios no <i>Civil Law</i> Brasileiro: Em Busca de Coerência, Previsibilidade e Igualdade de Tratamento	363
4.	A Motivação do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.155.684/RN para a não Incidência do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos do FIES	367
4.1	Não Caracterização de Relação Jurídica de Consumo: Política Pública em Prol do Estudante	368
4.2	Não Configuração de Serviço Bancário: Aplicação de Recursos da União e não de Verbas Próprias da Instituição Financeira	370
5.	Fundamentos para o <i>Overruling</i> da Decisão do STJ no REsp 1.155.684/RN: Atuação do Estado como Agente Econômico e o Regime Jurídico Aplicado ao FIES	370
5.1	A Superação Normativa da <i>Ratio Decidendi</i> : As Mudanças Trazidas pela Lei 13.530/2017	371
5.2	A Equivocada Premissa da <i>Ratio Decidendi</i> : A Autorização Constitucional de Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos do FIES	372
5.3	A Caracterização da Relação de Consumo nos Contratos Celebrados no Âmbito do FIES	376
CONCLUSÃO		387
REFERÊNCIAS		393